



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS – TRE/AM

ORIENTAÇÕES INICIAIS:

- 1º - Este formulário dará início aos pedidos de contratações junto a SAO e deverá ser incluído **obrigatoriamente** no PAD juntamente como Termo de Referência/Projeto Básico.
- 2º - Este formulário é documento que contém informações necessárias para realização do procedimento licitatório, bem como identifica aspectos a serem observados na elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico.
- 3º - **Por se tratar de documento simplificado este estudo preliminar não atende aos seguintes casos, devendo ser utilizado apenas como documento complementar:**
- i) Contratação de soluções de tecnologia da informação (prestação de serviço ou aquisição), os quais devem observar legislação própria (IN nº 4/2014 - MP/SLTI ou outra que o TSE venha a exigir);
 - ii) Contratações mais complexas que exijam análises mais detalhadas, conforme a verificação pela própria unidade requisitante ou determinação da SAO. Para esses casos deve ser utilizado o Formulário de Estudo Preliminar Completo disponível no site do TSE.
- 4º - Para marcar os campos deste formulário basta clicar com o curso no meio do círculo e digitar a letra "X".
- 5º - A unidade requisitante no caso de dúvida acerca de temas relacionados à contratação poderá acessar a SESEG

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

I. DADOS DO PROCESSO							
Processo nº: PAD_9232/2021							
Assunto: Solução de comunicação de voz por meio da tecnologia Voice over Internet Protocol – VoIP, com integração à Central <u>VOIP AVAYA G450 MP160 MEDIA GATEWAY Modulo MM710B E1/T1 MEDIA MODULE</u> deste regional, para fornecimento de serviços telefônico Fixo Comutado (STFC), modalidade local, fixo-fixo, e fixo móvel com chamadas originadas em Manaus-AM, mediante fornecimento de 02 (dois) links digitais E1, com um total de 60(sessenta) canais (troncos) digitais e 250 (duzentos e cinquenta) ramais com serviço de Discagem Direta por Ramal - DDR , todos instalados em um único endereço, no edifício sede do TRE/AM.							
Unidade Requisitante: SESEG/COSEG/SAO							
Unidade(s) Demandante(s):	<input type="checkbox"/> Não se aplica. <input checked="" type="checkbox"/> A unidade requisitante centralizou as solicitações: Na SESEG/SAO						
Fiscais previamente indicados:	<table><tr><td>Nome:</td><td>Seção:</td></tr><tr><td>José Ocicleio de Melo</td><td>Seseg/SAO</td></tr><tr><td>Raniere Cordeiro Martins</td><td>Seseg/SAO</td></tr></table>	Nome:	Seção:	José Ocicleio de Melo	Seseg/SAO	Raniere Cordeiro Martins	Seseg/SAO
Nome:	Seção:						
José Ocicleio de Melo	Seseg/SAO						
Raniere Cordeiro Martins	Seseg/SAO						

II. OBJETO	
Natureza do Objeto:	<input checked="" type="checkbox"/> Prestador de Serviço <input type="checkbox"/> Aquisição <input type="checkbox"/> Prestação de Serviços + Aquisição
Descrição Sucinta do objeto	Serviços de telefonia STFC com fornecimento de 02 (dois) links digitais (E1) interligados à Central PABX_IP instalados em um único endereço, no edifício sede do Tribunal Regional Eleitoral do AM

III. QUANTIDADE A SER CONTRATADA	
Defenir a quantidade necessárias para atender a demanda	60 (sesenta) canais (troncos) digitais e 250 (duzentos e cinquenta) ramais com serviços DDR
Detalhar os critérios utilizados para se chegar à quantidade solicitada,	O quantitativo foi encontrado com base nas experiência adquiridas por meio da execução do Contrato 38/2016 (Pad_29629/2016)

fazendo constar memória de cálculo ou estudo e os documentos que lhe dão suporte:	
---	--

IV. JUSTIFICATIVA	
Informar o objeto/problema que será resolvido com a contratação	Manutenção do serviço de telefonia por meio de uma central PABX_IP/O crescimento de soluções de comunicação de voz por meio da tecnologia "Voice over Ip – VoIp, busca oferecer uma solução integrada e de baixo custo, que vem substituir com vantagens a telefonia convencional. Assim os usuários passarão a ter disponível em uma única rede os serviços de dados, telefonia, e conteúdo multimídia, como TV, rádio, cinema, videoconferência, textos digitais e ensino a distância.
Histórico	<div> <input type="checkbox"/> Não há histórico </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Há histórico. Processo Adm. da contratação anterior_Pad: 29629/16 </div> Saimos de uma experiência com central física e com serviço de telefonioa convencional – c/ telefonista, para a utilização de telefonia por meio da tecnologia "Voice over IP" serviços de voz sobre IP – VoIP.
Origem da demanda da contratação	<div> <input checked="" type="checkbox"/> A contratação foi prevista na Proposta Orçamentária de 2022, na Ação – 20GP do PT 02.122.0033.20GP.0013 </div> <div> <input type="checkbox"/> Não houve previsão orçamentária para contratação </div>
Pesquisa de Mercado ["Pesquisa de mercado é procedimento para verificação das exigências e condições do mercado fornecedor do objeto a licitar. Exemplo: especificação, qualidade, desempenho, prazos de entrega, prestação, execução, garantia" (TCU, Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, 2010). Nesse sentido, a unidade requisitante deve verificar quais as soluções disponíveis no mercado para só então decidir qual será a melhor (financeira e tecnicamente). Além disso, deve-se pesquisar como o mercado atual quanto a forma de execução, prazo de entrega, forma de pagamento, exigência legais, requisitos mínimos técnicos e demais questões afetas ao objeto.]	<i>Há outras soluções de mercado que atenderiam a necessidade do órgão?</i> <input type="checkbox"/> A área requisitante desconhece outra solução de mercado que atenda a todas as necessidades demandas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado. <input checked="" type="checkbox"/> Há outras soluções de mercado que atendem as necessidades as necessidades demandas para resolução do problema ou alcance do objetivo esperado. Quais? Central telefônica hospedada na nuvem Descreva aqui os motivos que levaram a escolha da solução a ser contratada, fazendo a comparação com as demais quando houve. <input checked="" type="checkbox"/> A(s) especificação(ões) e/ou obrigação(ões) atendem aos padrões comuns (usuais) de mercado. <input type="checkbox"/> Há exigência(s) de especificação(ões) e/ou obrigação(ões) fora do padrão de fornecimento de mercado, o que pode representar aumento de custos na contratação.
Estimativa de Preço Preliminar [A unidade requisitante deverá incluir no processo a pesquisa de preço que foi utilizada de base para este Estudo. A pesquisa deverá ser realizada por uma das formas previstas no art. 2º da IN nº	R\$ 15.117,31(Quinze mil, cento e dezessete reais e trinta e um centavos) – o preço informado baseado em pesquisa de preços anexas ao PAD nº 9232/2021, doc.PAD. 123364/2021.

5/2014 SLTI/MP.]	
Legislação aplicável ao objeto [Especificar aqui apenas se a legislação afeta ao objeto a ser contratado. Não é necessário especificar aqui a legislação referente a licitação]	<input type="checkbox"/> Não há conhecimento de nenhuma legislação específica afeta ao objeto a ser contratado. <input checked="" type="checkbox"/> Existem as seguintes legislações afetas ao objeto a ser contratado: Item 2.11 – Conformidade Técnica e Legal e Subitem 2.11.3 - Serviços que serão executados pela Contratada.
Previsão de forma de contratação	<input checked="" type="checkbox"/> Objeto a ser licitado (e.g pregão, concorrência, tomada de preço, convite, concurso, leilão) <input type="checkbox"/> Dispensa pelo valor (esmtiva abaixo de R\$ 8.000,00 ou 15.000,00 - para os casos de obras e serviços de engenharia) <input type="checkbox"/> Dispensa de outros caso do art. 24 da Lei n.º 8.666/93. Informar o inciso: II <input type="checkbox"/> Inexigibilidade do art. 25 da Lei n.º 8.666/93. Justificar a inviabilidade de competição
O objeto a ser adquirido levou em consideração algum aspecto sustentável na contratação (Resolução TRE/AM n.º xxxx/xxxx)	<input checked="" type="checkbox"/> Não foi possível identificar nenhum critério de sustentabilidade a ser aplicado. <input type="checkbox"/> Há previsão de aplicação de critério de sustentabilidade (Acesse aqui uma lista de exemplos de critérios de sustentabilidade já utilizados no TER/AM). Descrever o Critério: Art xx, item I, IV, V, VI, VII; Art xxx, item I-a, II, III, da Resolução TER n.º xxxxx/xxxx <input type="checkbox"/> O NSAP, busca em todos os projetos, evitar desperdícios de recursos, utilizando elementos como as divisórias somente em casos necessários. Ainda busca, quando há necessidade de instalação desses elementos, utilizar materiais reutilizáveis e/ou recicláveis. Na contratação e aquisição desses bens, há a preocupação com o meio ambiente, utilizando materiais que não gerem muito entulho e fabricantes que não retornem resíduos poluentes na natureza
Subcontratação	<input checked="" type="checkbox"/> O objeto deve ser executado única e exclusivamente pela licitante contratada, haja vista que o mercado dispõe de diversas empresas aptas a executar integralmente o objeto a ser licitado <input type="checkbox"/> Será facultada a subcontratação de parte do objeto pela licitante contratada. Descrever o que poderá ser subcontratada e o motivo para essa permissão: <input type="checkbox"/> Outras hipóteses . Justificar:
Consórcio	<input checked="" type="checkbox"/> Não é necessário a previsão de participação de empresas de forma consorciada, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada <input type="checkbox"/> É necessária a previsão da possibilidade de participação de empresas consorciadas no edital de licitação, pois o objeto é complexo e/opu demanda das empresas uma grande capacidade econômica para sua execução

V. AQUISIÇÃO (FORNECIMENTO)

A contratação trata de aquisição de materiais /equipamentos:	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário responder aos quesitos deste tópico)
É possível a reserva de 25% das quantidades solicitadas para que sejam adquiridas exclusivamente por ME/EPP (art. 8º do Decreto n.º xxxxxx/xxxx)	<input type="checkbox"/> Não se aplica (Nos casos em que a expectativa do valor da contratação estiver abaixo de R\$ 80.000,00) <input type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Justificar [hipóteses dos incisos do art. 10 ou do caput do art. 8º do citado Decreto]
O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?	<input type="checkbox"/> Não se Aplica <input type="checkbox"/> Sim. Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado: <input type="checkbox"/> Não. Justificar:
A contratação exigirá marca ou modelo de material/equipamento específico:	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não. Várias marcas e modelos presentes no mercado atendem a necessidade da unidade requisitante. <input type="checkbox"/> Sim. Justificar:
Legislação afeta a licitação	<input type="checkbox"/> Não há conhecimento de nenhuma legislação que exija critérios especiais para contratação do objeto. <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.174/2010 – Bens e serviços de informática e automação. <input type="checkbox"/> Aplicação de margem de preferência. Informar a legislação: <input type="checkbox"/> Outras Legislações

ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (Vide Súmula TCU n.º 247)	
É tecnicamente viável dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Inviabiliza o poder de negociação <input type="checkbox"/> Sim.
É economicamente viável dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Perda do poder de negociação com o mercado <input type="checkbox"/> Sim
Não há perda de escala ao dividir a solução?	<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não. Justificar: a escala nesse caso é inegociável <input type="checkbox"/> Sim
Há o melhor aproveitamento do mercado e aplicação da competitividade ao dividir a solução?	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Pelo contrário vamos perder competitividade <input type="checkbox"/> Sim

Conclusão	<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade. <input checked="" type="checkbox"/> Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa. Justificar: Uma só entrega, uma só instalação, fácil fiscalização, e maior dinâmica na liquidação da despesa.
------------------	---

VI. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	
A contratação trata de prestação de serviços	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário responder aos quesitos desse tópico)
Existe um contrato atual vigente com objeto a ser licitado	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. A vigência do contrato atual 29/11/2021(Contrato n.º 38/2016) tem previsão de término em 29/11/2021. <input type="checkbox"/> Não
O novo Termo de Referência estabeleceu alguma melhoria ou alteração substancial em relação à contratação anterior:	<input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim. Qual (is)?
Será utilizado o Acordo de Nível de Serviço - ANS (§ xx do art. xx da Resolução TRE nº xxxx/xxxx)?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. Justificar: Será contratado um único serviço e a contratação será por preço global.
	<input type="checkbox"/> Sim. Definir os indicadores de desempenho e correlacionar com impacto no pagamento do serviço (Vide alínea d.3 a d.5 do item 2.6 do Anexo V da IN nº 5/2017-MP)
Haverá possibilidade prorrogação do contrato?	<input type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim. O produto da contratação está contemplado nas metas estabelecidas no Plano Plurianual (art. 57, I, da Lei nº 8.666/93) <input type="checkbox"/> Sim. A contratação trata de aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática (art. 57, IV, da lei nº 8.666/93) <input checked="" type="checkbox"/> Sim. A contratação trata de prestação de serviços a serem executados de forma contínua (art 57, II, da Lei nº 8.666/93). Justificar o enquadramento do serviço de prestação continuada (vide art. 15 da IN nº 5/2017-MP): <input type="checkbox"/> Sim. Outras hipóteses . Justificar: O contrato poderá ser prorrogado caso a Administração tenha interesse em aguardar o melhor momento para execução do objeto.

<p>O prazo de garantia/validade que será exigido dos objetos contratados é usual de mercado?</p>	<div> <input type="checkbox"/> Não se aplica. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificar ou referenciar documentos que demonstrem que a garantia é usual de mercado: </div> <div> <p>Observar a propsta da empresa Doc_xxxx/xxxx</p> </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. Justificar: </div>
<p>Legislação afeta a licitação</p>	<div> <input type="checkbox"/> Não há conhecimento de nenhuma legislação específica afeta ao objeto a ser contratado. </div> <div> <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.174/2010 – Bens e serviços de informática e automação. </div> <div> <input type="checkbox"/> Decreto n.º 7.983/2013 – Obra ou serviços de engenharia. </div> <div> <input type="checkbox"/> Lei n.º 12.232/2010 – Serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda. </div> <div> <input type="checkbox"/> Aplicação de margem de preferência. Informar a legislação: </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Outras legislações afetas ao objeto a ser contritado </div> <div> <p>Res Anatel 423/424/426/432 e demais normas expedidas ANATEL</p> <p>“Foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução n.º 1.116 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), que estabelece que as obras e os serviços no âmbito da Engenharia e Agronomia são classificados como serviços técnicos especializados.”</p> <p>“A Resolução considera que obras e serviços de Engenharia e de Agronomia, por serem objeto de soluções específicas e tecnicamente complexas não podem ser definidos a partir de especificações usuais de mercado. Essas obras e serviços, na medias em que exigem para habilitação a emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), são considerados serviços técnicos especializados e não serviços comuns.”</p> <p>A Resolução 1.11./2019 foi aprovada por unanimidade pelo Plenário do Conselho e era uma demanda prioritária dos profissionais vinculados ao Sistema Confea/Crea e Mútua, fazendo com que obras e serviços de Engenharia, Agronomia e Geociências não passem mais por licitação na modalidade Pregão.</p> </div>

<p>ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO (Vide Súmula TCU n.º 247 e item 3.8 do Anexo III da IN nº 5/2017 – MP)</p>	
<p>É tecnicamente viável dividir a solução</p>	<div> <input type="checkbox"/> Não se aplica. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. </div>
<p>É economicamente viável dividir a solução?</p>	<div> <input type="checkbox"/> Não se aplica. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. </div>
<p>Não há perda de escala ao dividir a solução?</p>	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica. </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. </div>
<p>Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?</p>	<div> <input type="checkbox"/> Não se aplica. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div> <div> <input type="checkbox"/> Sim. </div>

Conclusão	<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica.
	<input type="checkbox"/> É possível a contratação da solução de forma divisível sem que haja prejuízo nos aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.
	<input type="checkbox"/> Todos ou alguns itens da solução devem ser agrupados em lotes para o fornecimento por uma única empresa. Justificar:
	Para logística da execução do serviço, economicidade por evitar gastos com diversas mobilização, recebimento do produto final funcionado e garantia

VI.a - SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	
A contratação trata de prestação de serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não. (Nesse caso, não é necessário responder aos quesitos abaixo)
Forma de Aferição/Medição do Serviço	<input type="checkbox"/> Regra – utilização de unidade de medida adequada ao tipo de serviço que será contratado, de forma que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada e elimine a possibilidade de remunerar a empresa com base na quantidade de horas de serviço ou posto de trabalho (art. 8º, caput e § 1º da Resolução TSE nº 23.234/2010 e item 2.5, d.1, da IN nº 5/2017 – MP) <input type="checkbox"/> Exceção – adoção de critério de remuneração da contratada por quantidade de horas de serviço, devendo ser definido o método de cálculo para quantidade, qualificação da mão de obra e tipos de serviços sob demanda, bem como para manutenção preventiva. Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medida por resultado: <input type="checkbox"/> Exceção – critério de remuneração da contratada por postos de trabalho, devendo ser definido o método de cálculo para quantidades e tipos de postos necessários à contratação. Justificar a não adoção da regra de utilização de unidade de medidas por resultado: <input type="checkbox"/> Outras formas de medição. Descrever e justificar:
O salário dos postos de trabalho não poderá ser inferior ao previsto: <small>(Vide o disposto no art 5º caput e inciso VI da IN nº 05/2017 – MP)</small>	<input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica. <input type="checkbox"/> O salário base é o previsto atualmente na Cláusula da CCT/xxxx do Sindicato <input type="checkbox"/> O valor mínimo do salário base que será adotado no Termo de Referência justifica-se:
Há previsão de realização horas suplementares?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificar: <input checked="" type="checkbox"/> Não.

VII. REGISTRO DE PREÇOS	
A contratação se utilizará de uma ata de registro de preços?	<input checked="" type="checkbox"/> Não. <input type="checkbox"/> Sim

Se for registro de preços, em qual(is) das hipóteses do Art 3º do Decreto nº 7.892/2013 se enquadra:	<input type="checkbox"/> Pelas características do bem ou serviços, há necessidade de contratações frequentes; <input type="checkbox"/> É conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; <input type="checkbox"/> É conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou programas de governo; <input type="checkbox"/> Pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração
Será possível a utilização da ata de registro por órgãos não participantes:	<input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> É possível a utilização dessa ata por órgão da Justiça eleitoral. Conforme entendimento da SAD, o TSE, órgão central da Justiça Eleitoral, detém estrutura que possibilita um melhor planejamento das contratações, sendo importante o compartilhamento do trabalho realizado no TSE com os demais órgãos desta Justiça. Além disso, é conveniente o compartilhamento das contratações para criar padronização técnica com os regionais, o que permitirá uma maior cooperação entre os órgãos da Justiça Eleitoral. <input type="checkbox"/> Justificativa inclusão de outros órgãos;

VIII. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO	
Resultados Pretendidos	Melhorar e manter os serviços de comunicação com elevado padrão de desempenho, qualidade e disponibilidade. Permitir aos setores envolvidos um desempenho mais apropriado para as suas reais necessidades, quais sejam: velocidade, flexibilidade e mobilidade, possíveis por causa da conexão com a tecnologia VoIP.
Análise de viabilidade e necessidade da contratação	<input checked="" type="checkbox"/> Viável e necessária. <input type="checkbox"/> Inviável e /ou desnecessária.

IX. OUTRAS OBSERVAÇÕES
<input checked="" type="checkbox"/> Não há. <input type="checkbox"/> Sim. Detalhe abaixo:

X. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU DE SIGILO	
Toda a informação presente neste documento é classificada como pública (vide Lei n.º 12.527/2011)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não. Nesse caso é necessária a fundamentação da decisão baseado, no mínimo no seguintes elementos: - Assunto sobre o qual versa a informação tida como sigilosa: - Fundamento da classificação (observar os critérios do art. 24 da referida Lei): - Indicação do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, conforme limites do citado art. 24:

	- Identificação da autoridade que a classificou:
<p>Classificação decorrente da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso a Informação). Vale frisar alguns pontos importantes da referida Lei:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso haja algum indicativo de grau de sigilo, o processo deverá ser encaminhado à autoridade competente para definição do grau de sigilo e de sua respectiva tramitação. - O art. 7º, § 2º . Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa. É assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo. - O art. 7º , § 4º. A negativa de acesso às informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no art 1º , quando não fundamentada, sujeitará o responsável a medidas disciplinares, nos termos do art. 32 desta lei. - Vide arts 23 e 24 da referida Lei para verificar as hipóteses de sigilo e a sua respectiva classificação. 	

JOSÉ OCICLÉIO DE MELO

Técnico Judiciário

Chfe da Seção de Conservação e Serviços Gerais - SESEG